PUBLICADO NO JORNAL DIÁRIO DO ESTADO MT EM 30/04/2026

CS Mobi Cuiabá

CONCESSIONÁRIA CS MOBI CUIABÁ SPE S.A.

CNPJ nº 48.651.247/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Destaques Operacionais e Financeiros: As informações apresentadas neste documento correspondem aos resultados das operações da Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. ("CS Mobi") é uma Sociedade de Propósito Específico constituída em 24 de outubro de 2022, com sede em Cuiabá, Estado do Mato Grosso, responsável pela execução do Contrato de Concessão Administrativa nº 558/2022/PMC, firmado em 20 de dezembro de 2022 com o Município de Cuiabá. O objeto da concessão compreende a requalificação urbana da região central do Município, incluindo a revitalização das vias e logradouros públicos, a revitalização e gestão do Mercado Municipal Miguel Sutil, bem como a implementação, operação e manutenção do sistema de estacionamento rotativo e de mobiliário urbano, com foco na melhoria da mobilidade urbana municipal. A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. detém 75% de participação na Companhia, sendo integrante do Grupo Simpar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Receita Líquida totalizou R$ 85,8 milhões, refletindo principalmente o reconhecimento da receita de construção conforme previsto na OCPC 05, o avanço físico-financeiro dos investimentos obrigatórios previstos contratualmente e a consolidação da contraprestação pública mensal ao longo do exercício. O desempenho evidencia a evolução do projeto em linha com o cronograma contratual. O Resultado Bruto foi de R$ 12,2 milhões, demonstrando margem operacional compatível com a fase atual de implantação e início de maturação da concessão. O Resultado antes das receitas e despesas financeiras atingiu R$ 6,4 milhões. O resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 3,2 milhões, impactado principalmente pelos encargos dos empréstimos e financiamentos contratados para suportar os investimentos estruturantes do projeto. Após o reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social, a Companhia apurou Lucro Líquido de R$ 2,2 milhões no exercício de 2025, revertendo o histórico inicial de prejuízos inerentes à fase de implantação da concessão e reduzindo o saldo de prejuízos acumulados para R$ 1,1 milhão ao final do período. O endividamento bruto totalizou aproximadamente R$ 78,0 milhões em 31 de dezembro de 2025, composto majoritariamente por financiamentos de longo prazo contratados para viabilizar os investimentos previstos no Contrato de Concessão, cuja vigência é de 30 anos contados da Ordem de Início. A estrutura da dívida permanece compatível com o perfil de maturação do projeto e com o fluxo contratual de receitas. Os investimentos realizados seguem o cronograma estabelecido contratualmente, concentrando-se na implantação das intervenções no Mercado Municipal, na requalificação viária da região central e na implementação do sistema de estacionamento rotativo e mobiliário urbano. O avanço dos ativos vinculados à concessão reflete a formação da base econômica que sustentará a remuneração ao longo do prazo contratual. A Administração entende que os resultados de 2025 demonstram a consolidação da fase de estruturação e implantação do projeto, com evolução consistente dos indicadores econômicos e financeiros, reforçando a sustentabilidade da concessão no longo prazo. **Mensagem da Administração:** Encerramos o exercício de 2025 com avanços estruturantes na implantação do Contrato de Concessão Administrativa firmado com o Município de Cuiabá, consolidando a evolução do projeto em suas principais frentes de atuação: estacionamento rotativo, requalificação urbana e construção do Novo Mercado Municipal Miguel Sutil. Mesmo diante dos desafios inerentes à fase de implantação de um projeto de grande porte e complexidade técnica, a Companhia manteve o cumprimento do cronograma contratual, avançando na consolidação operacional e na formação da base econômica que sustentará a concessão ao longo de seus 30 anos de vigência. O contrato de Parceria Público-Privada (PPP) tem como objetivo promover a revitalização e a ressignificação do uso social dos espaços públicos da região central de Cuiabá, renovando seu potencial econômico e fortalecendo a mobilidade urbana. Em 2025, os principais destaques foram **Estacionamento Rotativo:** As operações do estacionamento rotativo, iniciadas em novembro de 2023, encerraram 2025 com aproximadamente 3.300 vagas implantadas, com potencial de ampliação para até 6.000 vagas ao final do ciclo completo de implantação previsto contratualmente. O sistema foi estruturado para: ✓ Promover maior rotatividade das vagas disponíveis; ✓ Democratizar o uso do espaço público; ✓ Oferecer facilidade e agilidade nos meios de pagamento digitais; ✓ Contribuir para a redução de impactos ambientais, com modelo operacional mais eficiente e tecnológico. A consolidação da operação ao longo de 2025 representou etapa relevante na organização do uso do espaço urbano e no apoio ao comércio da região central. **Construção do Novo Mercado Municipal Miguel Sutil:** A construção do Novo Mercado Municipal, iniciada em agosto de 2024, apresentou avanços significativos ao longo de 2025. O projeto integra o conjunto de investimentos obrigatórios previstos no contrato de concessão, com investimento estimado em aproximadamente R$ 105,7 milhões. A entrega contratual está prevista para maio de 2027, sendo julho de 2027 estabelecido como meta interna de antecipação, reforçando o compromisso da Companhia com a eficiência na execução do cronograma. Entre os principais marcos alcançados em 2025, destacam-se: ✓ Conclusão da estrutura de concreto armado, do térreo ao rooftop; ✓ Conclusão do reservatório enterrado de água potável (300 m³); ✓ Reforço da rede elétrica com implantação de 60 novos postes e cabeamento; ✓ Prolongamento de 120 metros de rede de água potável; ✓ Instalação de duas escadas rolantes. O Mercado Municipal Miguel Sutil, inaugurado na década de 1960, representa um marco histórico para o comércio local. A nova estrutura foi concebida para preservar essa identidade cultural, ao mesmo tempo em que introduz padrões contemporâneos de infraestrutura, acessibilidade e sustentabilidade. O empreendimento contará com: ✓ Mais de 100 pontos comerciais entre boxes e lojas; ✓ Área de alimentação, mezanino e rooftop para eventos culturais; ✓ Capacidade estimada para aproximadamente 3 mil visitantes por dia; ✓ Ambiente climatizado e arquitetura moderna. A sustentabilidade é um dos pilares do projeto, que contempla: ✓ Fachada verde com conceito arquitetônico inovador; ✓ Fiação subterrânea; ✓ Ampliação de áreas arborizadas e qualificação do espaço público no entorno. **Requalificação das Vias e do Entorno:** Em 2025, a Companhia deu continuidade às obras de requalificação viária e modernização do Centro Histórico de Cuiabá, abrangendo importantes corredores urbanos, como a Avenida Isaac Póvoas, Avenida Generoso Ponce e ruas adjacentes, incluindo Antônio Maria Coelho, Barão de Melgaço e Joaquim Murtinho. O projeto contempla intervenções voltadas à acessibilidade, segurança e qualificação do ambiente urbano, incluindo: ✓ 39 faixas para pedestres; ✓ Mais de 8 km de piso podotátil; ✓ 134 rampas de acessibilidade; ✓ Recomposição de aproximadamente 3.500 metros de meio-fio. Também foram implantados novos elementos de mobiliário urbano, como pontos de ônibus modernizados, bicicletários, bancos com conectividade e relógios inteligentes, contribuindo para a melhoria da experiência dos usuários e valorização do comércio local. A segunda fase das intervenções, que abrange áreas com edificações tombadas no Centro Histórico, seguirá o cronograma condicionado às liberações dos órgãos competentes, com previsão de conclusão até dezembro de 2026. **Compromisso com o Longo Prazo:** Os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso da CS Mobi Cuiabá com a execução responsável do contrato de concessão, a sustentabilidade financeira do projeto e a entrega de infraestrutura urbana moderna e funcional à população de Cuiabá. A Administração permanece focada na conclusão das etapas de implantação, na consolidação operacional e na geração de valor ao Município, aos usuários e aos acionistas, assegurando a perenidade e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Fernando Antônio Quintas Alves Filho
Diretor Presidente

Principais destaques financeiros:

	2025	2024	Δ A/A %
Receita de vendas e prestação de serviços	16.489	7.396	45%
Receita de construção	71.246	21.760	31%
Receita bruta	**87.735**	**29.156**	**33%**
(–) Deduções da receita	(1.923)	(1.316)	68%
(=) Receita líquida	**85.812**	**27.840**	**32%**
(–) Custos totais	**(73.655)**	**(25.794)**	**35%**
Custo de serviços e construção	(73.655)	(25.794)	35%
(=) Lucro bruto	**12.156**	**2.046**	**17%**
Margem Bruta	0,14	0,07	
(–) Despesas operacionais antes do resultado financeiro	**(5.747)**	**(4.480)**	**78%**
Despesas administrativas e comerciais	(5.747)	(4.480)	78%
EBIT	**6.547**	**(2.434)**	-37%
Margem EBIT	**8%**	**-9%**	
Margem EBIT s/receita líquida de serviços	**39%**	**-33%**	
(+) Resultado Financeiro	**(3.225)**	**466**	**-14%**
Receitas Financeiras	2.844	1.113	39%
Despesa Financeiras	(6.069)	(647)	11%
(=) Resultado antes dos impostos	**3.185**	**(1.968)**	**-62%**
Impostos e contribuições sobre o lucro	(1.020)	709	70%
(=) Lucro/Prejuízo do período	**2.164**	**(1.259)**	**-58%**
Margem Líquida Total	**2%**	**-5%**	
EBITDA	**2.164**	**(1.259)**	**-19%**

A **receita líquida de prestação de serviços e construção** totalizou R$ 85,8 milhões em 2025, representando crescimento de 32% em relação a 2024 (R$ 27,8 milhões). Esse aumento é explicado principalmente pelo avanço físico-financeiro dos investimentos previstos no contrato de concessão, com destaque para o reconhecimento da receita de construção no montante de R$ 71,2 milhões (crescimento de 31%), conforme os critérios contábeis aplicáveis às concessões (OCPC 05), além da consolidação da contraprestação pública ao longo de todo o exercício. Os **custos dos serviços e construção** somaram R$ 73,7 milhões, aumento de 35% em comparação a 2024 (R$ 25,8 milhões), refletindo o ritmo acelerado das obras do Novo Mercado Municipal, a continuidade das intervenções viárias e os custos operacionais vinculados à prestação dos serviços. Como resultado, o **lucro bruto** atingiu R$ 12,2 milhões, crescimento expressivo frente aos R$ 2,0 milhões apurados em 2024, com melhora da margem bruta de 7% para 14%, evidenciando ganho de escala e maior maturação operacional do projeto. As **despesas administrativas e comerciais** totalizaram R$ 5,7 milhões, representando aumento de 78% frente ao exercício anterior, principalmente em função do fortalecimento da estrutura administrativa para suportar o crescimento do projeto, incluindo gastos com pessoal, serviços técnicos especializados, assessorias jurídicas e administrativas, publicidade institucional e demais despesas operacionais. O **EBIT** alcançou R$ 6,5 milhões, revertendo o EBIT negativo de R$ 2,4 milhões registrado em 2024, demonstrando clara evolução da performance operacional da Companhia. O **resultado financeiro líquido** foi negativo em R$ 3,2 milhões, impactado principalmente pelas despesas financeiras de R$ 6,1 milhões, associadas aos juros dos empréstimos e financiamentos contratados para suportar os investimentos da concessão. Em contrapartida, foram reconhecidas receitas financeiras de R$ 2,8 milhões, relacionadas principalmente à atualização monetária, juros e encargos sobre valores vinculados à contraprestação pública e aplicações financeiras. O **lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** totalizou R$ 3,2 milhões, revertendo o prejuízo de R$ 2,0 milhões registrado em 2024. Após o reconhecimento dos tributos, a Companhia apurou lucro líquido de R$ 2,2 milhões em 2025, revertendo o prejuízo de R$ 1,3 milhão do exercício anterior e reduzindo significativamente o saldo de prejuízos acumulados. **Investimentos:** Em 2025, a Companhia manteve ritmo relevante de execução dos investimentos previstos no Contrato de Concessão. O avanço do ativo financeiro da concessão, que passou de R$ 22,9 milhões em 2024 para R$ 65,9 milhões em 2025, e do ativo intangível, que evoluiu para R$ 24,9 milhões, reflete a intensificação das obras do Novo Mercado Municipal, das intervenções de requalificação viária e da implantação do sistema de estacionamento rotativo e mobiliário urbano. Os investimentos seguem o cronograma contratual e são financiados majoritariamente por recursos de longo prazo, compatíveis com o ciclo de maturação da concessão. A Administração permanece focada na gestão eficiente do fluxo de caixa, na disciplina financeira e na manutenção do equilíbrio da estrutura de capital, assegurando a sustentabilidade econômico-financeira do projeto ao longo do prazo de 30 anos da concessão. **Auditoria Independente:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Companhia adota procedimento formal para assegurar que a prestação de serviços adicionais pelos auditores independentes não comprometa sua independência e objetividade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) prestou exclusivamente serviços de auditoria das demonstrações financeiras, não tendo sido contratados outros serviços que pudessem caracterizar conflito de interesses. **4. Declaração da Diretoria:** Em atendimento às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

Diretoria Executiva

Fernando Antônio Quintas Alves Filho – Diretor Presidente
Rodrigo Pinheiro Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo Circulante	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.183	4.186
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	6	4.015	1.816
Contas a receber	7	2.124	22.862
Tributos a recuperar	8	495	–
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	22	1.616	791
Despesas antecipadas	9	302	362
Partes relacionadas		–	24
Adiantamentos a terceiros	10	3.633	8.140
Outros créditos	17	424	349
Total do ativo circulante		**15.793**	**38.530**
Ativo Não Circulante			
Contas a receber	7	65.933	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	1.896	709
		67.828	**709**
Imobilizado	11	454	443
Intangível	12	24.882	7.130
Total do ativo não circulante		**93.165**	**8.282**
Total do ativo		**108.958**	**46.812**

Passivo Circulante	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	13	10.883	7.236
Empréstimos e financiamentos	14	2.459	62
Obrigações sociais e trabalhistas	15	1.495	939
Imposto de renda e contribuição social a recolher		828	–
Tributos a recolher	16	332	441
Outras contas a pagar	17	335	64
Total do passivo circulante		**16.332**	**8.742**
Passivo Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	75.511	23.286
Obrigações sociais e trabalhistas	15	171	5
Total do não passivo circulante		**75.682**	**23.291**
Total do passivo		**92.014**	**32.033**
Patrimônio líquido			
Capital Social	18	18.000	18.000
Prejuízos acumulados	18	(1.056)	(3.221)
Patrimônio líquido		**16.944**	**14.779**
Total do patrimônio líquido		**16.944**	**14.779**
Total do passivo e patrimônio líquido		**108.958**	**46.812**

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira individual

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de prestação de serviços e construção	19	**85.812**	**27.840**
Custo de construção	20	(71.246)	(21.760)
Custo de prestação de serviços	20	(2.409)	(4.034)
Total dos custos de prestação de serviços e construção		**(73.655)**	**(25.794)**
Resultado bruto		**12.156**	**2.046**
Despesas administrativas	20	(5.600)	(4.416)
Despesas comerciais	20	(186)	(64)
Outras receitas despesas operacionais, líquidas	20	39	–
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		**6.410**	**(4.480)**
Receitas financeiras	21	2.844	1.113
Despesas financeiras	21	(6.069)	(647)
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**3.185**	**(1.968)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	22.3	(2.207)	–
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.3	1.187	709
Total do imposto de renda e da contribuição social		**(1.020)**	**709**
Lucro/prejuízo do exercício		**2.164**	**(1.259)**

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira individual

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ABRANGENTE
Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício	2.164	(1.259)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	2.164	(1.259)
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	2.164	(1.259)
Acionistas não controladores	–	–

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira individual

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Lucros/Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**18.000**	**(1.962)**	16.038
Total resultados do exercício, líquido de impostos	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	(1.259)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**18.000**	**(3.221)**	**14.779**
Lucro do exercício	–	2.164	2.164
Total resultados do exercício, líquido de impostos	**18.000**	**(1.056)**	**16.943**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**18.000**	**(1.056)**	**16.943**

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira individual

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.185	(1.968)
Ajuste para conciliar o lucro do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11 e 12	137	132
Baixas de outros ativos imobilizados	11 e 12	75	27
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		4.116	736
		7.512	**(1.073)**
Variação dos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber	6	(45.195)	(3.784)
Despesa antecipadas	9	60	(35)
Tributos a recuperar	8	(495)	(693)
Fornecedores	13	3.647	6.422
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e recuperar		420	1.022
Outras Contas a pagar		271	–
Adiantamento a Terceiros	10	4.507	(8.136)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		(875)	(1.348)
		(37.660)	**(6.552)**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos		(1.187)	**–**
Investimento (resgates) em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	6	(2.199)	9.907
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(33.534)**	**2.282**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado	11 e 12	(143)	(267)
Adições ao ativo intangível	11 e 12	(16.437)	(21.523)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(16.579)**	**(21.790)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e arrendamentos a pagar	14	53.213	34.231
Juros pagos sobre empréstimos e arrendamentos	14	(4.103)	(605)
Amortização de empréstimos e arrendamentos	14	–	(10.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**49.111**	**23.626**
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(1.003)**	**4.118**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	5	4.186	68
No final do período	5	3.183	4.186
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(1.003)**	**4.118**

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira individual

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em Exercícios Findos de 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA E CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Informações sobre a Companhia: A Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. ("CS Cuiabá", "Companhia" ou "Concessionária"), constituída em 24 de outubro de 2022, com sede no município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, Brasil, é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE") cuja atividade principal consiste na execução de Contrato de Parceria Público-Privada ("PPP"), na modalidade concessão administrativa, para a requalificação urbana da região central do município de Cuiabá. A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil") detém 75% de participação na Companhia, sendo uma controlada indireta da Simpar S.A. ("Grupo Simpar"). **1.2 Contrato de Concessão:** O contrato refere-se à parceria público-privada na modalidade concessão administrativa, cujo objeto é a requalificação urbana da região central do município de Cuiabá, compreendendo: • revitalização das vias e logradouros públicos da região central; • gestão do Mercado Municipal Miguel Sutil; • implementação, operação, manutenção e gestão do sistema rotativo de estacionamento; • implantação, operação e manutenção de mobiliário urbano na região central do município. O contrato foi celebrado em 20 de dezembro de 2022 e possui prazo de concessão de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas contratualmente. O contrato caracteriza-se como modelo híbrido, resultando no reconhecimento simultâneo de ativo financeiro e ativo intangível, conforme a natureza da remuneração da concessionária. No caso da Companhia, os custos de construção da infraestrutura são reconhecidos da seguinte forma: • 73,08% como ativo financeiro da concessão; • 26,92% como ativo intangível da concessão. A contraprestação mensal recebida do poder concedente contempla parcela de remuneração do ativo financeiro e parcela relacionada à exploração da infraestrutura. Com base no modelo econômico do contrato, 37,88% da contraprestação corresponde à realização do ativo financeiro da concessão. A remuneração da concessionária é composta por contraprestação mensal paga pelo Poder Concedente, dividida em: **Parcela fixa:** Correspondente a 90% da contraprestação mensal, destinada a remunerar a Concessionária pela disponibilidade das obras e da infraestrutura implantada, assegurando a recuperação dos investimentos realizados. **Parcela variável:** Correspondente a 10% da contraprestação mensal, calculada com base no Índice de Qualidade de Desempenho ("IQD"), que contempla metas, padrões de qualidade, critérios de aferição e periodicidade de avaliação dos serviços prestados pela Concessionária. A avaliação do desempenho é realizada por verificador independente, aprovado pelo Poder Concedente e contratado pela Concessionária. A Companhia iniciou a operacionalização do estacionamento rotativo em fevereiro de 2024, disponibilizou 2.300 vagas no entorno do Mercado Municipal Miguel Sutil, na região central de Cuiabá, e encerrando o ano de 2025 com um total de 3.300 vagas. A Contraprestação Pública será paga mensalmente pelo Poder Concedente, na forma de Contraprestação Mensal ("CTPM"), com recursos provenientes da Contrapartida Administrativa Individual ("CAI"), que é paga pelo usuário pela utilização do Sistema de Estacionamento Rotativo. A tarifa é arrecadada pela Concessionária em nome do Poder Concedente e vinculada a uma conta de titularidade deste, sendo gerida por um Agente Custodiante. Os recursos da conta serão destinados ao pagamento da contraprestação mensal e ao cumprimento de outras obrigações pecuniárias previstas no contrato de PPP. A programação para inauguração do mercado Municipal Miguel Sutil está programada para julho de 2026. **Ônus de contrato:** Nos termos do contrato de concessão, a Concessionária assume integral responsabilidade pelo ressarcimento ao Poder Concedente de quaisquer desembolsos decorrentes de determinações judiciais, incluindo, mas não se limitando a: • reclamações trabalhistas; • demandas de usuários; • responsabilidades civis ou administrativas; • obrigações previdenciárias ou acidentárias. Essas obrigações incluem valores decorrentes de processos relacionados a empregados, prestadores de serviços ou terceiros vinculados às atividades da Concessionária. Considerando as atividades desenvolvidas até 31 de dezembro de 2025, não foram registrados montantes relacionados a ônus do contrato. **1.3 Licenças e autorizações:** É responsabilidade da Concessionária requerer, custear e obter todas as licenças ambientais e autorizações necessárias para a implementação e operação do projeto, incluindo: • Licença Prévia (LP) • Licença de Instalação; (LI) • Licença de Operação; (LO). Bem como outras autorizações administrativas, como alvarás, certidões e licenças municipais. Essas licenças estão relacionadas principalmente à construção do Mercado Municipal Miguel Sutil e à revitalização da região central do município de Cuiabá. Até 31 de dezembro de 2025, todas as licenças necessárias para a execução das atividades previstas no contrato de concessão foram obtidas. **1.4 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** Desde 2022, o Grupo Simpar mantém uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação. Isso em razão de o cenário de mudanças climáticas ser considerado nas decisões e estratégias dos negócios. O Grupo também segue o determinado no Programa Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa ("GEE"), de forma a contribuir com a meta pública da SIMPAR de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030 atrelada ao primeiro Sustainability-Linked Bond ("SLB") do setor no mundo emitido em 2021, o primeiro Sustainability-Linked Bond em reais com liquidações em dólares do país. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (Tank-to-Wheel) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (upstream) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação ao Comitê de Sustentabilidade do Grupo Simpar são considerados como plano de atendimento do compromisso da Companhia conforme abaixo: • Os bens, equipamentos e instalações modernas que permanentemente ao longo da concessão, acompanhe as inovações do desenvolvimento tecnológico e sustentável; • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos dos veículos de monitoramento, assim como campanha de comunicação envolvendo os consumidores que utilizarem o estacionamento rotativo; e • O sistema e equipamentos de climatização, hidráulicos e de energia, serão renováveis, seguindo a política de sustentabilidade do Grupo. O inventário de emissões é compilado e auditado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso, o programa e controles são constantemente aprimorados em busca do objetivo traçado, englobam os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, são reconhecidos com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHGProtocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2025 a nota B no Carbon Disclosure Project ("CDP"), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. Até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados impactos relevantes relacionados às mudanças climáticas nas demonstrações financeiras da Companhia. **1.5 Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "CPC"): As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias da Demonstração financeira, e somente ela, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros, como aplicações financeiras, que são mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e premissas contábeis críticas, bem como o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem maior grau de julgamento estão relacionadas, principalmente, ao reconhecimento da receita de concessão, tributos diferidos e avaliação de recuperabilidade de ativos. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia, definida com base no ambiente econômico principal em que a Companhia opera. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa; saldos em contas bancárias; aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata. Esses investimentos possuem vencimento original inferior a três meses, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio do resultado, sendo os rendimentos reconhecidos no resultado do exercício. **2.5 Contas a receber:** As contas a receber referem-se substancialmente à contraprestação pública contratual e às receitas acessórias. São registradas inicialmente pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzidas de provisão para perdas esperadas de crédito, quando aplicável. Administração avalia periodicamente o risco de crédito associado aos valores a receber. **2.6 Imobilizado:** Os ativos classificados no imobilizado são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos ativos. Um item do imobilizado é baixado quando: é vendido; ou quando não se espera obter benefícios econômicos futuros de seu uso ou alienação. Eventuais ganhos ou perdas na baixa do ativo são reconhecidos no resultado do exercício. O valor residual, a vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício social e ajustados prospectivamente quando aplicável. **2.7 Intangível:** A Companhia reconhece os investimentos realizados na infraestrutura da concessão conforme a natureza da remuneração prevista no contrato. No caso da Companhia, o modelo caracteriza-se como híbrido, resultando no reconhecimento de ativo financeiro e ativo intangível. Os custos de construção incorridos são reconhecidos da seguinte forma: • 73,08% registrados como ativo financeiro da concessão, representando o direito contratual de receber caixa do poder concedente; • 26,92% registrados como ativo intangível, representando o direito de exploração da infraestrutura. A contraprestação recebida do poder concedente é apropriada ao longo do prazo da concessão, sendo 37,88% destinada à realização do ativo financeiro. **2.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IRPJ e CSLL"):** A despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro compreende os impostos correntes e diferidos. Os tributos correntes são calculados com base na legislação tributária vigente na data do balanço. Durante o exercício de 2025, a Companhia passou a apurar seus tributos com base no regime de lucro real, anteriormente apurados pelo regime de lucro presumido. Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis, contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. As alíquotas aplicáveis são: • 15% de IRPJ, acrescido de 10% de adicional sobre o lucro tributável que exceder o limite anual; • 9% de CSLL. A compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL é limitada a 30% do lucro tributável do exercício. **2.9 Contratos de concessão:** A Companhia contabiliza o contrato de concessão de acordo com a ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, correlata à interpretação internacional IFRIC 12 E. De acordo com essa interpretação, a infraestrutura utilizada na prestação do serviço público não é reconhecida como ativo imobilizado da concessionária, uma vez que o poder concedente controla os serviços prestados e mantém o controle residual sobre os ativos ao término da concessão. Os investimentos realizados na infraestrutura são reconhecidos de acordo com a natureza da remuneração prevista no contrato. O contrato da Companhia caracteriza-se como modelo híbrido, resultando no reconhecimento de dois ativos: • ativo financeiro, representando o direito contratual de receber caixa do poder concedente; • ativo intangível, representando o direito de exploração da infraestrutura da concessão. A contraprestação recebida do poder concedente compreende parcela fixa e parcela variável, conforme descrito na Nota 1.2. **2.10 Empréstimos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados como parte do custo do ativo, enquanto outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.11 Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando: • a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada); • é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e • o valor possa ser estimado com confiabilidade. Quando aplicável, o valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar a obrigação. **2.12 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e concessão de serviço público. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao: - Custo amortizado: quando os ativos e passivo financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; e - Valor justo por meio do resultado ("VJR"): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação. • Nível 2 - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis. **2.13 Receitas de contrato com clientes:** A receita é reconhecida à medida que os serviços são realizados ou os produtos são entregues. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com o poder concedente, estão descritas a seguir: **2.13.1 Receita de contraprestação pecuniária - parcela fixa e variável:** A receita de contraprestação pública foi definida em contrato de concessão no capítulo VI, cláusula 22, decorrente da licitação pelo valor global durante o prazo de vigência da concessão, com atualização anual pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), além de remuneração por prêmio de performance definido na cláusula 23 do capítulo VI do contrato de concessão. **2.13.2 Receita de construção:** Pelos termos dos contratos de concessão, a Companhia será responsável por todos os investimentos, benfeitorias adicionais e serviços não especificados, mas que venham a ser necessários para alcançar os parâmetros requisitados em contrato. Conforme requerido pelo OCPC 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione futuras receitas são registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos são registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens e serviços. Quando a Companhia presta serviços de construção, reconhece a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, apura a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização de serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento de obra. A Administração da Companhia entende que os custos só existem em função das obras de construção e reforma, os quais são contratados a valor de mercado. Com base neste cenário, a Companhia estima ter margem de lucro igual a zero pelos serviços de construção, pelo fato de que são contratados a valor de mercado. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, sendo que as receitas estão registradas ao valor justo.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são baseadas na melhor informação disponível na data de elaboração das demonstrações financeiras. Entretanto, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, sendo os efeitos dessas revisões reconhecidos prospectivamente. As principais áreas que envolvem maior grau de julgamento ou que apresentam maior complexidade na aplicação das políticas contábeis da Companhia são descritas a seguir.

a) Contabilização do contrato de concessão: A contabilização do contrato de concessão é realizada de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, correlata à interpretação internacional IFRIC 12. De acordo com essa interpretação, a infraestrutura utilizada na prestação do serviço público não é registrada como ativo imobilizado da concessionária, pois o poder concedente controla: • os serviços prestados; • os preços aplicados; e • o controle residual sobre os ativos ao término da concessão. A aplicação da ICPC 01 (R1) requer julgamento da Administração, principalmente em relação à classificação dos investimentos realizados na infraestrutura da concessão entre ativo financeiro e ativo intangível, com base na natureza da remuneração prevista no contrato. No caso da Companhia, o contrato caracteriza-se como modelo híbrido, resultando no reconhecimento simultâneo de dois ativos: • ativo financeiro, representando o direito contratual de receber caixa do poder concedente; e • ativo intangível, representando o direito de exploração da infraestrutura da concessão. Com base no modelo econômico do contrato e nas projeções financeiras da concessão, a Administração determinou que os investimentos realizados na infraestrutura são reconhecidos da seguinte forma: • 73,08% como ativo financeiro da concessão; • 26,92% como ativo intangível da concessão. As divulgações relacionadas ao contrato de concessão estão apresentadas nas Notas Explicativas nº 1.2 e nº 2.8. **b) Reconhecimento e mensuração do ativo financeiro da concessão:** O ativo financeiro representa o direito contratual incondicional de receber caixa do poder concedente, decorrente dos investimentos realizados na infraestrutura da concessão. A atualização do ativo financeiro é realizada por meio da aplicação da taxa efetiva de juros, calculada com base na taxa interna de retorno estimada do contrato. Alterações nas premissas utilizadas nas projeções financeiras do contrato podem impactar os valores registrados no ativo financeiro da concessão. **c) Reconhecimento do ativo intangível da concessão::** O ativo intangível representa custos de construção e melhoria da infraestrutura. O reconhecimento do ativo intangível ocorre à medida que os serviços de construção são executados, conforme requerido pela ICPC 01 (R1). A mensuração do ativo intangível envolve julgamentos relacionados principalmente a: • cronograma de execução das obras; • estimativa de investimentos necessários para a implantação da infraestrutura; • prazo da concessão. O ativo intangível é amortizado ao longo do prazo do contrato de concessão, considerando o período em que se espera obter os benefícios econômicos futuros decorrentes da exploração da infraestrutura. **d) Receita de construção:** A Companhia reconhece receita de construção relacionada aos investimentos realizados na infraestrutura da concessão. Essa receita é registrada ao valor justo dos serviços prestados, em contrapartida aos ativos da concessão, conforme requerido pela ICPC 01 (R1). Na determinação do valor justo da receita de construção, a Administração considera que os serviços de construção são contratados a valores de mercado, motivo pelo qual a Companhia entende que não há margem relevante de construção, sendo reconhecida margem próxima a zero. Essa avaliação envolve julgamento da Administração, especialmente em relação à: • determinação do valor justo dos serviços de construção; e • avaliação da margem de construção aplicável. **e) Recuperabilidade dos ativos da concessão (impairment):** A Administração avalia periodicamente se existem indicativos de perda por redução ao valor recuperável dos ativos da concessão. Essa avaliação envolve estimativas relacionadas principalmente a: • projeções de fluxo de caixa do contrato de concessão; • expectativas de receita ao longo do prazo contratual; • custos operacionais e investimentos futuros; • taxa de desconto aplicável. Caso sejam identificados indicativos de perda, é realizado teste de impairment, comparando o valor contábil dos ativos com seu valor recuperável. **f) Impostos diferidos:** O reconhecimento de ativos fiscais diferidos relacionados a prejuízos fiscais e diferenças temporárias requer julgamento da Administração quanto à probabilidade de geração de lucros tributáveis futuros. Essa avaliação considera: • projeções de resultados futuros; • planejamento tributário da Companhia; • reversão de diferenças temporárias tributáveis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para sua realização.

4. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

4.1 Normas e alterações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025: As seguintes alterações de normas contábeis são aplicáveis para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025: Alterações no CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023 foi adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **4.2 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). a) CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: essa nova norma substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos destinados a aprimorar a comparabilidade do desempenho financeiro entre entidades semelhantes e proporcionar informações mais relevantes e transparentes aos usuários das demonstrações financeiras. A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do CPC 51, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do CPC 51 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do CPC 26. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 e serão reapresentadas de acordo com o CPC 51. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. b) Alterações aos IFRS 9 e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) Esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) Esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de comente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) Atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. c) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: em maio de 2024 o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A IFRS 19 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da norma e não espera impactos relevantes. Não há outras normas contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	30	–
Bancos	6	71
Nota - Total de Disponibilidades	**36**	**71**
CDB - Certificado de depósito bancário (i)	2.078	–
Operações compromissadas lastreadas em debêntures (i)	1.067	4.115
Cotas de Fundos	2	–
Nota - Total de Aplicações financeiras	**3.147**	**4.115**
Total	**3.183**	**4.186**

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o rendimento médio dos papéis alocados em fundos e aplicações, foi equivalente à 14,17% aa. (10,83 % a.a. em 31 de dezembro de 2024).

continua

digital sign CERTIFICADORA DIGITAL
DIARIO DO ESTADO MT GRAFICA E EDITORA
05460358000110 - ICP Brasil
Emitido por: AC DIGITAL RFB G3
https://www.diariodoestadomt.com.br/certificacoes
Documento assinado digitalmente conforme Lei Nº 13.818, de 24 de Abril De 2019, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
ICP Brasil

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONCESSIONÁRIA CS MOBI CUIABÁ SPE S.A. - Em Exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Operações	31/12/2025	31/12/2024
Fundos exclusivos Simpar (i)	3.560	–
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	–	740
Letras financeiras	254	995
Aplicações em CDB - Termo de Ações (i)	201	–
Outros títulos	–	81
Total	**4.015**	**1.816**
Ativo circulante	4.015	1.816
Total	**4.015**	**1.816**

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o rendimento médio dos papeis alocados em fundos exclusivos, foi de 14,42% a.a. (10,96% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

7. CONTAS A RECEBER

	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestação - Poder Concedente	2.124	8.170
Ativo financeiro - Poder Concedente (i)	65.932	14.692
Total	**68.056**	**22.862**
Circulante	2.124	22.862
Não circulante	65.932	–
Total	**68.056**	**22.862**

(i) O montante de R$65.932 (R$14.692 em 31 de dezembro de 2024) refere-se ao ativo financeiro a receber junto ao poder concedente, registrado proporcionalmente conforme o avanço das obras em relação ao fluxo projetado e aos atendidos requisitos contratuais, ou seja, indicadores de desempenho. Á medida que as obras forem concluídas, aumenta o percentual de contraprestação a ser paga. A contraprestação a ser pago se dá o início da operação, com previsão para ser iniciado no mês de julho de 2027.

7.1 Classificação por vencimento (aging list) de contas a receber:

	31/12/2025				31/12/2024			
	Contas a receber	Perdas esperadas	% - Aging	Contas a receber líquido	Contas a receber	Perdas esperadas	% - Aging	Contas a receber líquido
Total a vencer	**65.932**	–	–	**65.932**	**16.303**	–	–	**16.303**
Vencidos até 30 dias	1.002	–	–	1.002	6.010	–	–	6.010
Vencidos de 31 a 90 dias	1.123	–	–	1.123	549	–	–	549
Vencidos de 91 a 180 dias	–	–	–	–	–	–	–	–
Vencidos de 181 a 365 dias	–	–	–	–	–	–	–	–
Vencidos acima de 365 dias	–	–	–	–	–	–	–	–
Total vencidos	**2.124**	–	–	**2.124**	**6.559**	–	–	**6.559**
Total	**68.056**	–	–	**68.056**	**22.862**	–	–	**22.862**

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	446	–
INSS	49	–
Total	**495**	–

9. DESPESAS ANTECIPADAS

	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a apropriar	294	123
IOF	8	–
Outras despesas a apropriar	–	240
Total	**302**	**362**

10. ADIANTAMENTO A TERCEIROS

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores diversos (i)	3.613	8.140
Adiantamento a funcionários	20	–
Total	**3.633**	**8.140**

(i) Refere-se substancialmente aos adiantamentos à JB3 Construções e GRA Construtora realizados para obras do mercado municipal e do estacionamento rotativo

11. IMOBILIZADO

Custo:	Veículos	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Total
Em 31 de dezembro de 2023	**148**	**84**	**32**	**264**
Adições	229	9	29	267
Baixa de ativos e outros	–	–	(29)	(29)
Em 31 de dezembro de 2024	**377**	**93**	**32**	**502**
Adições	143	–	–	143
Baixa de ativos e outros	(80)	–	–	(80)
Em 31 de dezembro de 2025	**440**	**93**	**32**	**565**
Depreciação acumulada:				
Em 31 de dezembro de 2023	**(5)**	**(1)**	**(1)**	**(7)**
Despesa de depreciação no período	(30)	(17)	(7)	(54)
Baixa de ativos e outros	–	–	2	2
Em 31 de dezembro de 2024	**(35)**	**(18)**	**(7)**	**(59)**
Despesa de depreciação no período	(32)	(19)	(6)	(57)
Baixa de ativos e outros	6	–	–	6
Em 31 de dezembro de 2025	**(61)**	**(36)**	**(13)**	**(111)**
Saldos líquidos:				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**342**	**75**	**25**	**443**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**377**	**57**	**19**	**454**
Taxa média calc. de depreciação (%)	**6,5%**	**20%**	**10%**	

12. INTANGÍVEL

Custo:	Softwares	Contratos de concessão (*)	Intangível em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2023	–	–	**4.763**	–	**4.763**
Adições	19	–	21.504	–	21.523
Juros capitalizados	–	–	199	–	199
Transferência para Ativo Financeiro	–		(19.277)	–	(19.277)
Transferência	–	5.264	(5.264)	–	–
Em 31 de dezembro de 2024	**19**	**5.264**	**1.925**	–	**7.208**
Adições	2	–	38.043	8	38.052
Juros capitalizados	–	–	1.396	–	1.396
Transferência para Ativo Financeiro	–	–	(21.615)	–	(21.615)
Baixa, transferências e outros	–	7.222	(7.222)	–	–
Em 31 de dezembro de 2025	**21**	**12.486**	**12.526**	**8**	**25.041**
Amortização acumulada					
Em 31 de dezembro de 2023	–	–	–	–	–
Despesas de amortização no exercício	(3)	(75)	–	–	(78)
Em 31 de dezembro de 2024	**(2)**	**(75)**	–	–	**(78)**
Despesas de amortização no exercício	(4)	(76)	–	–	(80)
Em 31 de dezembro de 2025	**(7)**	**(151)**	–	–	**(157)**
Saldos líquidos:					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**17**	**5.189**	**1.925**	–	**7.130**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**14**	**12.336**	**12.526**	**8**	**24.883**
Taxa média de amortização (%)	**20%**	**3%**	–	–	–

(*) Em decorrência de apenas parte do estacionamento ter entrado em operação em 2025, o montante de R$ 7.222 foi reclassificado de intangível em andamento para contratos de concessão e passou a ser amortizado a partir do momento em que se tornou apto a gerar benefícios econômicos, enquanto o saldo remanescente de tem amortização, por ainda se encontrar em fase de desenvolvimento.

13. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços contratados	6.910	4.735
Peças e manutenção	–	571
Partes relacionadas	132	1.010
Outros	3.841	920
Total	**10.883**	**7.236**

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Taxa Média	Estrutura	Vencimento	Moeda	31/12/2025
Notas comerciais	14,90%	CDI+4,20%	18/06/2028	Real	14.685
FCO	6,21%	IPCA+6,21%	01/09/2039	Real	63.286
				Moeda Nacional	**77.970**
				Circulante	2.459
				Não Circulante	75.511
					77.970

Modalidade	Taxa Média	Estrutura	Vencimento	Moeda	31/12/2024
FCO	6,48%	IPCA+6,48%	set-39	Real	23.348
				Moeda Nacional	**23.348**
				Circulante	62
				Não Circulante	23.286
					23.348

14.1 Movimentação dos empréstimos:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos no início do exercício	**23.348**	–
Novas Captações	53.213	34.231
Despesa de captação	–	(1.014)
Amortização	–	(10.000)
Juros pagos	(4.103)	(605)
Juros apropriados	4.116	537
Juros capitalizados	1.396	1.199
Empréstimos e financiamentos no encerramento do exercício	**77.970**	**23.348**
Circulante	2.459	62
Não Circulante	75.511	23.285
Total	**77.970**	**23.348**

14.2 Cláusula de compromissos financeiros e definições dos respectivos índices financeiros: A Companhia precisa cumprir obrigações pecuniárias que estão atreladas ao cumprimento de obrigações atreladas ao Grupo Simpar, pois a Simpar está na qualidade de garantidora e fiadora dos empréstimos e financiamentos da Companhia. Determinados contratos possuem cláusulas de compromissos de manutenção de indicadores de endividamento e coberturas de juros medidos pelo EBITDA ou EBITDA Adicionado em relação ao saldo de dívida financeira líquida e despesas financeiras líquidas. Abaixo estão as definições dos indicadores: **• Dívida Financeira Líquida para fins de covenants**: significa (1) saldo total dos empréstimos e financiamentos incluídas as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos: (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (veículos Floor Plan); e (2) a partir do momento em que não existirem dívidas da Emissora com a definição indicada para o item (1) acima, a definição passará a ser considerada como: **Dívida Financeira Líquida para fins de covenants**: saldo total dos empréstimos e financiamentos, incluídas as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos: (a) os valores em caixa, em aplicações financeiras e saldos a receber de cartões de crédito; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (veículos Floor Plan). **• EBITDA-Adicionado (EBITDA-A) para fins de covenants**: significa o lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciações, amortizações, impairment dos ativos, custos dos veículos avariados e sinistrados e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda de ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA-Adicionado dos últimos 12 (doze) meses das sociedades incorporadas e/ou adquiridas. **• Despesas Financeiras Líquidas para fins de covenants:** significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses. Todos os compromissos descritos nos contratos foram cumpridos em 31 de dezembro de 2025, incluindo a manutenção dos índices financeiros conforme demonstrado abaixo:

Restrição	Limites	12 meses findo em 31/12/2025	12 meses findo em 31/12/2024
Dívida Líquida/EBITDA Adicionado	menor igual a 3,5	2	2,5
Dívida Líquida/EBITDA (Bonds)	menor igual a 4,0	3	3,7
EBITDA Adicionado/Despesas Financeiras Líquidas	maior igual que 2,0	3,1	2,9

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de férias	353	270
Salários	120	99
INSS	421	200
FGTS	26	24
Bônus e participações nos lucros e resultados (i)	746	346
Total	**1.666**	**944**
Circulante	1.495	939
Não circulante	171	5
Total	**1.666**	**944**

(i) Bônus (Phantom Shares) baseado na variação de valor (preço de mercado) das ações do Grupo Simpar. O pagamento desse numerário será realizado a longo prazo.

16. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	58	262
ICMS	17	17
IRRF	51	67
ISS	206	95
Outros	–	–
Total	**332**	**441**

17. PARTES RELACIONADAS

17.6 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo): As naturezas dos saldos em contas do balanço patrimonial com partes relacionadas referem-se a transações compostas por outras contas a pagar: saldos a pagar, decorrente de compartilhamento de despesas junto a Companhias do mesmo grupo econômico:

	Ativo						Passivo			
	Outros Créditos		Partes relacionadas		Fornecedores (nota 13)		Empréstimos e Financiamentos		Outras contas a pagar	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
JSL	–	–	–	–	–	6	–	–	–	–
BBC	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–
ATU 18	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–
CS Brasil	–	–	–	–	–	462	–	–	58	–
CS Holding	–	–	–	–	–	524	–	–	–	–
Movida	–	–	–	–	–	7	–	–	–	–
Grãos do Piauí	349	349	–	24	–	–	–	–	–	–
CS Infra	–	–	–	–	132	–	–	–	–	–
Rota da Integração	76	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Simpar	–	–	–	–	–	11	14.685	–	268	–
Total	**424**	**349**	–	**24**	**132**	**1.010**	**14.685**	–	**328**	–
Circulante	424	349	–	24	132	1.010	14.685	–	328	–
Não circulante	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	**424**	**349**	–	**24**	**132**	**1.010**	**14.685**	–	**328**	–

17.7 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado do exercício/período: No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas de despesas operacionais para o período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 de transações com partes relacionadas:

	Despesas administrativas, comerciais e recuperação de despesas		Despesas Financeiras		Locações e serviços prestados		Receitas Financeiras	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
JSL	12	6	–	–	–	1	–	–
CS Brasil	193	462	68	–	131	–	1	–
CS Frotas	–	–	–	–	43	–	–	–
CS Holding	–	524	–	–	–	–	–	–
Movida	–	–	–	–	7	10	–	–
Grãos do Piauí	–	–	–	–	–	–	–	24
SAT - Satélite	18	–	–	–	61	–	–	–
CS Infra	48	–	1	–	–	349	–	–
Simpar	302	11	875	–	–	–	4	–
Total	**573**	**1.003**	**945**	–	**243**	**360**	**5**	**24**
Circulante	573	1.003	945	–	243	360	5	24
Não circulante	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	**573**	**1.003**	**945**	–	**243**	**360**	**5**	**24**

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, o capital social da Companhia era de R$ 18.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, não havendo alterações nos exercícios apresentados. **18.2 Lucros (Prejuízos) acumulados:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava prejuízos acumulados no montante de R$ (3.221). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou lucro líquido de R$ 2.164, o qual foi parcialmente utilizado para absorção dos prejuízos acumulados, resultando em saldo de prejuízos acumulados de R$ (1.056) em 31 de dezembro de 2025.

19. RECEITA LÍQUIDA

a) Fluxo de receitas:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de contraprestação	14.066	6.080
Receita de locação	500	–
Receita de construção	71.246	21.760
Receita líquida total	**85.812**	**27.840**
	31/12/2025	**31/12/2024**
Receita bruta	**87.735**	**29.156**
Menos:		
Impostos sobre prestação de serviço	(1.923)	(1.316)
Receita líquida total	**85.812**	**27.840**

b) Desagregação da receita de contrato com cliente por segmento:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de contraprestação	14.066	6.080
Receita de locação	500	–
Receita de construção	71.246	21.760
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	**85.812**	**27.840**
Receita líquida total	**85.812**	**27.840**
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	71.246	21.760
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	14.566	6.080
Receita líquida total	**85.812**	**27.840**

20. GASTOS POR NATUREZA

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal e encargos	(5.800)	(4.028)
Serviços contratados	(35.655)	(23.017)
Peças, pneus e manutenções	(49)	(36)
Fretes, combustíveis e lubrificantes	(79)	(48)
Infraestrutura, conservação e utilities (i)	(31.019)	(1.117)
Material de consumo	(388)	(357)
Depreciação e amortização	(137)	(132)
Comunicação, propaganda e publicidade	(119)	(70)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	(3.179)	(80)
Aluguéis de imóveis	(174)	(174)
Viagens e estadias	(50)	(113)
Demais despesas administrativas	–	(10)
Impostos e taxas	(2.151)	(249)
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	87	–
Outros custos	(690)	(843)
	(79.402)	**(30.274)**
Custo de prestações de serviços	(2.409)	(4.034)
Custo de construção	(71.246)	(21.760)
Despesas comerciais	(186)	(64)
Despesas administrativas	(5.600)	(4.416)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	39	–
	(79.402)	**(30.274)**

(i) O aumento relevante observado em 2025 decorre, principalmente, da intensificação das atividades operacionais e de manutenção da Companhia ao longo do exercício, em comparação a 2024. Nesse contexto, houve maior volume de gastos com conservação de ativos, contratos de infraestrutura e consumo de utilidades, refletindo (i) a ampliação/normalização da operação, (ii) a execução de manutenções corretivas e preventivas em maior escala, e (iii) a contratação/renegociação de serviços essenciais à operação. Em 2024, tais despesas foram significativamente inferiores por se tratar de um período com menor nível de atividade operacional.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	611	649
Juros recebidos de clientes	2.201	461
Atualização monetária de impostos a recuperar e depósitos judiciais	–	3
Descontos obtidos	33	–
Receitas financeiras	**2.844**	**1.113**
Despesas financeiras		
Juros e encargos sobre Impostos e transações financeiras	(1.100)	(537)
Juros e encargos bancários	(81)	(32)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.416)	(22)
Outras despesas financeiras	(472)	(56)
Despesas financeiras	**(6.069)**	**(647)**
Resultado financeiro líquido	**(3.225)**	**466**

22. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

22.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais. As origens estão apresentadas a seguir, em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto diferido ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.309	1.019
Provisão tributária	616	–
Outras provisões	–	42
Total do imposto diferido ativo	**1.925**	**1.061**
Imposto diferido passivo		
Receita diferida de órgãos públicos	.-	(348)
Depreciação econômica vs. fiscal	(29)	(4)
Imobilização leasing financeiro	–	–
Total do imposto diferido passivo	**1.896**	**(352)**
Total do imposto diferido ativo (passivo), líquido	1.896	709
Tributos diferidos líquidos, alocados no ativo	1.925	**709**
Tributos diferidos passivos	(30)	–
Total do imposto diferido ativo (passivo), líquido	**1.896**	**709**

22.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social: Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**3.185**	**(1.968)**
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**(1.083)**	**669**
(Adições) exclusões permanentes		
Incentivos fiscais - PAT	42	–
Despesas indedutíveis e outras exclusões/adições	21	40
IRPJ e CSLL apurados	**(1.020)**	**709**
Corrente	(2.207)	–
Diferido	1.187	709
IRPJ e CSLL no resultado	**(1.020)**	**709**
Alíquotas efetivas	(32%)	(36%)

22.3 Imposto de renda e contribuição social a recuperar:

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSSL (*)	1.430	560
IRRF sobre aplicação financeira	186	231
Total	**1.616**	**791**

(*) Os créditos serão utilizados após a entrega da ECF via Perdcomp.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

23.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

		31/12/2025		31/12/2024		
	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa		3.183	3.183	4.186	4.186	Custo amortizado
Títulos, valores mobiliários e aplic. financeiras	Nível 1	4.015	4.015	1.816	1.816	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber		68.056	68.056	22.862	22.862	Custo amortizado
Outros créditos		424	424	349	349	Custo amortizado
		75.679	**75.679**	**29.213**	**29.213**	
Passivos financeiros						
Fornecedores		10.883	10.883	7.236	7.236	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos		77.970	80.538	23.348	52.048	Custo amortizado
Outras contas a pagar		335	335	65	65	Custo amortizado
		89.188	**91.756**	**30.649**	**59.349**	

23.2 Gerenciamento de riscos financeiros: A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir: **a) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação aos depósitos em instituições bancárias e aplicações. i. Caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, amparada pelo seu Comitê Financeiro da controladora Grupo Simpar, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora Grupo Simpar. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") ao risco de crédito extraídas de agências de ratings, conforme demonstrado abaixo:

Rating em Escala Local "Br"

Nomenclatura	Qualidade
Br AAA	Prime
Br AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
Br B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
Br CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
Br DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Companhia para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Valores depositados em conta corrente	**36**	**71**
Br AAA	3.141	4.115
Br AA-	5	–
Total de aplicações financeiras	**3.147**	**4.115**
Total de caixa e equivalentes de caixa	**3.183**	**4.186**
	31/12/2025	**31/12/2024**
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	4.015	1.816
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	**4.015**	**1.816**

b) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez. O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos-financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	31/12/2025				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	10.883	10.883	10.883	–	–
Empréstimos e financiamentos	77.970	91.130	6.518	31.496	53.115
Outras contas a pagar	335	335	335	–	–
Total	**89.188**	**102.347**	**17.736**	**31.496**	**53.115**

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são: **a) Seguros para garantias de obrigações públicas: Responsabilidade sobre obrigações públicas:** Os seguros sobre propriedade de terceiros estão apresentados da seguinte forma:

Garantia	Local (UF)	Importância segurada	Vigência
Seguro risco de engenharia	MT	102.930	27/11/2023 a 31/10/2026
Requalificação urbana	MT	8.131	23/12/2025 a 23/12/2026
Auto frota - Cuiaba	MT	100	11/09/2025 a 18/08/2026
Responsabilidade civil	MT	3.000	27/11/2025 a 27/11/2026
Local de risco - Rua Rui Barbosa	MT	2.279	04/12/2025 a 04/12/2026
Local de risco - Av. Isaac Povoas	MT	5.468	04/12/2025 a 04/12/2026

24. PERDAS POSSÍVEIS NÃO PROVISIONADAS NO BALANÇO

A Companhia possui certos riscos de demanda e processos em andamento de natureza trabalhistas nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	–	115
Cíveis	1	–
Tributárias	–	–
Total	**1**	**115**

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 09 de fevereiro de 2026, foi liberado pelo agente financiador Banco do Brasil S/A, a 6ª parcela do financiamento com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), na ordem de R$ 14,4 milhões.

DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando Antônio Quintas Alves Filho
Diretor

Rodrigo Pinheiro Andrade
Diretor

CONTADOR

Diogo Venceslau da Silva
CRC 1SP 344761

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 31 de março de 2026

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027083/F-3

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora - CRC 1SP222241/O-0

DIARIO DO ESTADO MT GRAFICA E EDITORA
05460358000110 - ICP Brasil
Emitido por: AC DIGITAL RFB G3

https://www.diariodoestadomt.com.br/certificacoes

Documento assinado digitalmente conforme Lei Nº 13.818, de 24 de Abril De 2019, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.